

SER SUJEITO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: UMA CONSTITUIÇÃO POSSÍVEL?

Janaína Nazzari Gomes¹
Luiza Milano Surreaux²

RESUMO: O processo de apropriação de língua estrangeira é muito frequentemente estudado segundo os erros que aprendizes apresentam ao tentarem expressar-se nessa outra língua. Neste trabalho, o dizer do sujeito e aquilo que não é dito conforme a regularidade da língua-alvo constituem-se fonte de pesquisa; visamos a compreender o processo de apropriação dessa língua, que já nasce sob a égide de uma outra – a materna – e de um sistema simbólico constituído – a linguagem. A partir do questionamento acerca da possibilidade ou impossibilidade de um sujeito apropriar-se de outra língua tal como se apropria da língua materna, analisamos, mediante produções de um brasileiro aprendiz de francês, o valor da língua materna para o sujeito, a primeira língua que o inscreve no mundo. Valemo-nos dos escritos saussurianos no Curso de Linguística Geral para delimitar os conceitos de língua/fala – respectivamente objeto da apropriação e meio de expressão – e também da abordagem enunciativa de Émile Benveniste, que, com a concepção de subjetividade na linguagem, possibilitou-nos entrever a singularidade constitutiva de cada tentativa de apropriação de língua estrangeira. As contribuições de Revuz e Melman auxiliaram-nos, igualmente, na compreensão dos desafios que se apresentam ao aprendiz na sua tentativa de reivindicar-se sujeito em língua estrangeira.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação, língua estrangeira, língua francesa, língua materna

¹ Diplomada em Letras – língua e literatura francesa – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Francês língua estrangeira (FLE) e ministrante de cursos e ateliês sobre francofonia das Américas e sobre fonética da língua francesa.

² Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RÉSUMÉ : Le processus d'appropriation d'une langue étrangère est fréquemment étudié d'après les erreurs commises lorsque les apprenants s'expriment. Dans ce travail, le dire du sujet et ce qui n'est pas dit selon la régularité de la langue-cible est un fécond point de départ pour comprendre le processus d'appropriation de la langue étrangère, qui se fait en relation à une autre langue – la maternelle – et à un système symbolique constitué – le langage. À partir du questionnement quant à la possibilité ou à l'impossibilité d'un sujet de s'approprier une langue étrangère tel qu'il le fait avec et dans sa première langue, nous analysons la valeur qu'a la langue maternelle pour l'individu (la première langue qui inscrit le sujet dans le monde). Nous utilisons le Cours de linguistique générale, où il y a les concepts de langue et de parole – l'objet de l'appropriation et le moyen d'expression, respectivement –, et aussi la perspective énonciative de Benveniste, dont le concept de subjectivité dans le langage nous a permis de comprendre la singularité inhérente à chaque tentative d'appropriation d'une langue étrangère. Les contributions des psychanalystes Revuz et Melman nous ont également assistées dans la compréhension des défis posés à l'apprenant lorsqu'il se revendique sujet en langue étrangère.

MOTS-CLÉS : énonciation, langue étrangère, langue française, langue maternelle

O processo que culmina com o advento de um falante de língua materna³ ocorre ao mesmo tempo em que acontece a fundação do sujeito na e pela linguagem. Com efeito, trata-se da apropriação⁴, por parte do indivíduo, de dois sistemas simbólicos, sendo o primeiro muito menos abrangente que o segundo. O valor que língua materna tem para o sujeito, então, parece ir muito além da mera capacidade de comunicação: é, com efeito, a primeira língua que permitiu ao sujeito ser no mundo, estabelecer relações, dar sentido às coisas ao seu redor. Já o processo de apropriação de uma língua estrangeira⁵, no entanto, não só carece, em princípio, de valor fundante, como só ocorre tendo como intermediário, justamente, a língua materna, tendo em vista, de um lado, seu próprio valor alicerçador do sujeito, e, de outro, o fato de que não há língua sem linguagem. Seria, então, impossível haver sujeito em língua estrangeira? Em que medida é possível a fundação de um sujeito em L2? Tais são os questionamentos que levam às reflexões deste trabalho.

3 Neste trabalho, utilizamos os termos língua materna, L1, primeira língua de significação e primeira língua como sinônimos.

4 Neste trabalho, utilizamos os termos apropriação, aquisição e aprendizagem como sinônimos.

5 Neste trabalho, utilizamos os termos língua estrangeira, L2, língua-alvo, língua-outra e outra língua como sinônimos.

Nosso estudo parte, essencialmente, do que nos apresenta, no estudo intitulado *O enunciador em língua estrangeira: uma constituição possível?* (GOMES, 2011), a fala de Michel, estudante de francês que almeja imigrar ao Québec e tornar-se, pois, cidadão canadense. Analisamos, no seu dizer, a relação que L2 estabelece com L1 tendo em vista a comparação entre a expressão de Michel e o esperado, pela regularidade da língua, em francês. Já no que diz respeito ao subsídio teórico, utilizamos as noções linguísticas fundadoras de Ferdinand de Saussure, compiladas no *Cours de Linguistique Générale* (doravante CLG, 2006), assim como a perspectiva teórica enunciativa, elaborada pelo também francófono Émile Benveniste, nos escritos *Problemas de Linguística Geral I e II* (doravante PLG I e PLG II, 1976 e 1999, respectivamente). Além disso, trazemos, também, as contribuições dos psicanalistas Michel Melman e Christine Revuz, cujas reflexões no ramo psicanalítico partem, também, das produções linguísticas, eixo em que nos centramos nesse trabalho.

Não raro, ao tratar de ensino/aprendizagem de línguas, sejam elas maternas ou estrangeiras, trabalha-se com a perspectiva do erro. Isto é, discrimina-se a produção que não condiz com a regularidade fonética/semântica/sintática/morfológica da língua-alvo (nos casos das abordagens mais progressistas) ou censura-se completamente a discrepância em relação à gramática normativa (essas, abordagens mais tradicionais). Para nosso trabalho, no entanto, tais irregularidades constituem-se fecundas fontes de estudo, uma vez que dizem muito sobre o processo de apropriação de uma língua estrangeira e sobre a relação que a língua materna estabelece com as outras línguas do sujeito.

Tomemos, como ponto de partida – e como ilustração – alguns dos “desvios” comumente observados quando da aprendizagem de uma L2: a não distinção, por parte de hispanófonos, dos fonemas [v] e [b] ao falarem línguas que apresentem tais distinções faz com que, por exemplo, apresentem dificuldades em estabelecer, na prática, a diferença entre “vol” e “bol” em francês (respectivamente, voo e tigela, em português); as eventuais não-inversões, por parte de lusófonos, de substantivo e verbo ao exprimirem-se em inglês dá ensejo a produções como “I can repeat?”, ao invés de “Can I repeat?”, que seria o esperado da língua; finalmente, a dificuldade da pronúncia do fonema [y] do francês por parte de lusófonos brasileiros dá margem à simplificação de tal som em [i] ou [u], assim, a palavra francesa “purée” [py`Re], é pronunciada, no Brasil, [pu`Re] ou [pi`Re].

A fim de adequar a fala estrangeira à regularidade da língua-alvo um professor iria, provavelmente, provavelmente, trabalhar as distinções fonéticas entre [v] e [b], fazendo os estudantes hispanófonos que almejam falar francês pronunciarem e ouvirem, repetidas vezes, palavras que

apresentem a diferença em questão e chamará a atenção sobre os diferentes significados que cada fonema acarreta. O mesmo aconteceria para o terceiro caso. Já na segunda situação, também à exaustão, o aluno de inglês deverá fazer exercícios de inversão sintática até conseguir, pelo menos no papel, reproduzir a estrutura desejada. Em todos os momentos, o objetivo parece ser a eliminação de qualquer vestígio da língua materna no processo que leva à produção da língua estrangeira. Mas seria isso possível? Seriam tais “desvios” frutos de deficiências cognitivas e/ou articulatórias ou poderiam tais irregularidades dizer-nos algo sobre a relação entre língua materna e língua estrangeira e também sobre a relação entre o sujeito e suas línguas?

O psicanalista francês Charles Melman, no livro *Imigrantes? Incidências subjetivas das Mudanças de Língua e País*, afirma que “quando falamos uma língua estrangeira, (...) o retorno do recalcado não poderá mais ser escutado como a expressão de um desejo, mas apenas como a expressão de erros gramaticais, sintáticos, lexicais, etc.” (MELMAN, 1992, p. 45). Dessa colocação, muito embora a perspectiva psicanalítica a partir da qual Melman fala possa mostrar-se bastante produtiva para este estudo, interessa-nos de sobremaneira a constatação de alterações linguísticas na fala do sujeito, o que parece ilustrar os exemplos fonéticos e sintáticos precedentes. Os eventuais “problemas” de apropriação de uma L2 não parecem ser de ordem física ou articulatória, mas de ordem linguística: trata-se de um sistema de signos – a língua estrangeira – sendo introduzido em outro sistema de signos já consolidado – a língua materna –, que adveio com e, ao mesmo tempo, é possibilitado por um universo simbólico já constituído – a linguagem. Mais do que erros/desvios/problemas, as singulares produções daqueles que se experimentam em outra língua parecem ser, assim, fortemente marcadas pela primeira língua, que, juntamente por ser linguagem, fundou o sujeito. Analisemos um caso concreto para ilustrar tal afirmação.

Michel e a imigração: a latência da língua materna

Michel é brasileiro, nascido em Maceió. Aos 25 anos, mudou-se para Porto Alegre (RS), cidade em que reside desde então. Aos 26 anos, decidiu tornar-se cidadão canadense e optou, para tanto, por fazer o processo facilitado, pela província de Québec. Dentre todas as exigências aos possíveis imigrantes, o Québec demanda principalmente o domínio da língua francesa, nas modalidades falada e escrita. Assim, além de almejar outra cidadania, Michel deveria aprender a exprimir-se em outra língua e conhecer a cultura que é veiculada por esta outra língua. Ao término de seus cursos de francês, que totalizaram, aproximadamente, 260 horas de aula, Michel concedeu-nos duas entrevistas nos moldes daquelas feitas pelo Escritório de Imigração do Québec.

No que concerne ao uso lexical, por exemplo, Michel produz palavras como “pergunté”, “estudiantes”, “appartement”, “ultim”, “secure”, “livre”, “confusés”, “mestrai”, “doctorai”, “subterraine”, “infelizmente”, “coliquer”, para designar, respectivamente, as palavras portuguesas perguntou, estudantes, apartamento, último, seguro, livre, confuso, mestrado, doutorado, subterrâneo, infelizmente, colocar. Em francês, no entanto, tais palavras seriam: “demandé”, “étudiants”, “appartement”, “dernière”, “sûr”, “libre”, “confus”, “master”, “doctorat”, “souterrain”, “malheureusement”, “mettre”. Se compararmos as palavras em português e em francês às produções de Michel, observamos a aplicação de regras morfológicas do francês em estruturas do português e vice-versa. Em “pergunté”, por exemplo, Michel aplicou o princípio geral da formação do “participe passé” (particípio passado, em português) para verbos de sufixo –er – terminação mais abundante e produtiva em francês –, mas manteve o radical do verbo em português. Semelhante procedimento com a formação do advérbio “infeliment”: prefixo e radical do português (infeliz-) e sufixo em francês (-ment). Já na palavra “secure”, através da analogia (mesmo princípio usado na criação de palavras como imexível), foi mantida a plosiva velar [k], que encontramos na palavra “sécurité” (segurança, em português), porém aplicou-se a estrutura da palavra em português, seguro (três sílabas, paroxítona com consoante velar posterior).

Analisemos, agora, o nível sintático. Em frases como “Elle habite depuis 15 ans plus ou moins.”, “Je connu un couple qui vivre à Toronto.”, “Elle immigré ça fait deux ans.”, o que mais se destaca são suas estruturas, que não apresentam nem o auxiliar “être” nem o auxiliar “avoir” (ser ou ter, em português). São utilizados, assim, somente o pronome sujeito e o verbo no particípio passado, o que se aproxima fortemente da estrutura das frases em português. Com efeito, enquanto em francês, a indicação do pretérito ocorre pelo uso combinado de dois verbos (verbo auxiliar conjugado no presente e verbo principal, no particípio passado) e a indicação de número, modo e pessoa estão contidas no verbo auxiliar, em português, todas essas informações estão no único verbo da estrutura.

Além disso, é possível notarmos outro elemento de inserção da lógica da língua materna na produção em L2. Por vezes, mesmo que parcamente, Michel dá indícios da ciência da necessidade de um auxiliar, notadamente do verbo “avoir” (ter), cuja pronúncia, quando conjugado em primeira pessoa (“j’ai” = [je]), muitas vezes é confundida, por locutores lusófonos brasileiros, com a pronúncia da primeira pessoa do pronome pessoal do caso reto (“je” = [jə]). Assim, ainda que utilizando a estrutura “j’ai”, a pronúncia do auxiliar não parece ter valor fonológico para Michel, visto que se confunde com a pronúncia do pronome da primeira pessoa.

Ainda sobre a produção fonética, podemos chamar a atenção para outras singularidades. Michel deixa de pronunciar sobretudo as vogais da língua francesa que inexistem na língua portuguesa, quais sejam [Ø], [ø], [y] e [œ]. Assim, o fonema [Ø] torna-se [e], em palavras como “je”, “petit”, “le” ([je], [peti], [le]); em palavras como “entrevue”, “plus”, “public”, o som [y] passa a ser [i] ou [u] ([ãtRØvi], [plu], [publik]); o fonema [ø], encontrado nas palavras “seulement”, “deuxième”, “mieux”, “peut-être”, é pronunciado, por vezes como [o], por vezes como [e]: [deziÈm], [solement], [mio], [potÈtR]; e, finalmente, o som [œ] é pronunciado como [ɛ], notadamente na palavra “heures” ([ɛr]), e como [euR] ao invés de [œR], na palavra “programmateur”. As 12 vogais que compõem o sistema vocálico da língua francesa não parecem, pois, outorgar diferença fonológica à produção de Michel e são reduzidas a 7 fonemas, todos componentes do sistema vocálico da língua portuguesa. Vemos, pois, que Michel adapta o sistema vocálico que conhece e que domina – o do português brasileiro – para a produção de sentidos em outra língua – o francês.

Para finalizar essa primeira visada, podemos, ainda, atentar para a presença de vocábulos da língua portuguesa permeando a produção oral em língua francesa. Frases como “O appartement est dois-meia-nove, é le numéro de l’appartement..”, “Nous vivons ensemble, mais nous fait le cerimônia [desconhecimento da palavra] (...) un an, deux ans plus ou moins, há um an, deux ans.”, “Et faire tous les papiers et connaissez un peu la ville et après quand (...) louer quelque chose, aí, commencer à trouver un emploi (...)” e “Je vivre avec ma femme. (...) Rua Duque de Caxias, dois meia nove, deux meia, deux six neuf, appartement douze.” mostram que não é unicamente pela mescla na estrutura sintática, fonética e morfológica da língua estrangeira que a língua materna se impõe, mas, inclusive explicitamente, com termos próprios da L1 na L2.

Tendo em vista que objetivamos, neste trabalho, esmiuçar a relação entre sujeito e língua estrangeira e que tentamos compreender a possibilidade (ou impossibilidade) de o indivíduo constituir-se sujeito em L2, constatar e admitir a constante presença da língua materna na produção em língua estrangeira é de mister importância. Parece ser impossível, de fato, abstrair a presença da L1 na tentativa de expressão em L2, o que implica que toda tentativa de produção de língua estrangeira deva passar, necessariamente, pela primeira língua e que o advento do sujeito enunciador em L2 tampouco se dará abstraindo a L1. Mas que valor tem essa primeira língua para o sujeito? Por que ela insiste em se fazer presente em situações em que sua presença, por vezes, impede a comunicação em outro código linguístico? Faz-se necessário compreender a importância da língua materna na constituição do sujeito para, assim, podemos compreender a relação que este estabelece com suas outras línguas.

O sujeito e sua primeira língua de significação

Ao esmiuçar as fronteiras entre língua, fala e linguagem, Saussure postula a primeira como objeto da Linguística, uma vez que identifica naquele conjunto de signos a sistematicidade e regularidade necessárias ao objeto científico. Com efeito, afirma o linguista que

Entre tantas dualidades, somente a língua pareceria suscetível de uma definição autônoma (...). [Já que] é ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social – [os falantes] – para permitir o exercício da faculdade de linguagem nos indivíduos. (CLG, 2006, p. 17)

Assim, a língua seria não somente o que está acessível a todo corpo social, mas principalmente, o meio necessário que permite o exercício da linguagem no ser humano. No entanto, não é somente à língua que Saussure concede lugar especial para a instituição da linguagem. A fala aparece, é verdade, como objeto secundário de estudo, porém não deixa de ter lugar privilegiado na constituição da linguagem: língua e fala estão “estritamente ligadas e se implicarem mutuamente”, já que “a língua é necessária para que a fala seja inteligível (...); [e que a fala] é necessária para que a língua se estabeleça” (CLG, 2006, p. 22), é na instância da fala onde há espaço para a emergência do sujeito:

a fala é um “ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. [grifo nosso] (CLG, 2006, p. 22)

Se atentarmos para o processo de combinações promovido pelo indivíduo no momento da execução da fala, depreendemos que esta, embora exterior à língua, não se reduz, para Saussure, às operações acústicas e articulatórias empreendidas pelo falante, mas diz respeito, sobretudo, a um processo que envolve principalmente escolhas. Do ponto de vista teórico, as combinações são explicadas por Saussure pelas categorias sintagmáticas e associativas, que traduzem as relações e as diferenças entre os signos linguísticos. As primeiras são “relações baseadas no caráter linear da língua”, o que se traduz pela “impossibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” e pelo “alinhamento dos sintagmas, um após o outro, na cadeia da fala” (CLG, 2006, p. 142). Já as segundas resumem o fato de “uma

palavra qualquer poder sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou outra” (CLG, 2006, p. 144), tendo, como limite associativo, a própria língua do falante e, como limite estrutural, as relações sintagmáticas. O linguista suíço caracteriza tais combinações como o “tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” [grifo nosso] (CLG, 2006, p. 143) e aqui devemos atentar para o caráter individual da língua, que é social para existir, mas que também é singular, por estar situada mentalmente em cada indivíduo.

A fala, então, não se resumiria, a uma modesta reprodução de estruturas, mas à apropriação, pelo sujeito falante, de um vasto sistema composto por signos, cujos valores se dão, pelo eixo associativo, na língua em uso, isto, é, na fala. O dizer constitui-se, pois, na faceta subjetiva da linguagem, onde há espaço para o advento do sujeito.

Herdando de Saussure o princípio teórico da preponderância da língua para a disciplina da Linguística, o francófono Émile Benveniste concentra-se, no entanto, na fala, que é o meio de acesso ao dizer do sujeito e desliza o conceito de língua, que, como vimos, era para Saussure a parte fundamental da linguagem e uma instituição simbólica, para propô-lo como sendo a linguagem em uso, o discurso (BARBISAN, 2007), já que, antes do uso, “a língua não é senão possibilidade de língua” (PLG II, 1999, p. 84). Quando atualizada pelo sujeito, a língua, segundo Benveniste, transforma-se/transveste-se, ainda, em enunciação, que é “fazer funcionar a língua por um ato individual de utilização” [grifo nosso] (PLG II, 1999, p. 81).

Ao interessar-se pela “utilização individual da língua” (PLG II, 1999, p. 81), Benveniste propõe, então, o que poderíamos chamar de uma “linguística da singularidade”, centrada no ato enunciativo e, conseqüentemente, no sujeito que se enuncia. Diferentemente da teoria saussureana, que precisou deixar em suspenso a primazia do sujeito a fim de poder constituir o objeto da Linguística, Benveniste admite não só a presença do sujeito na língua, como também um sujeito falando sobre seu próprio ato enunciativo:

Enquanto realização individual, a enunciação pode definir-se em relação à língua, como processo de apropriação. O locutor se apropria do aparato formal da língua e enuncia sua posição de locutor mediante índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (...) O ato individual de apropriação introduz ao que fala sua própria fala. Há, aqui, um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor na sua própria enunciação faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência interna. [grifo nosso] (PLG II, 1999, p.84-85)

Temos, pois, com Benveniste, a preocupação teórica com o dizer de um sujeito que, tendo acesso a um aparelho simbólico geral (o conceito de linguagem saussureano), tem a possibilidade de enunciar singularmente (a fala, também abordada por Saussure) e de marcar-se nesse ato enunciativo. Dessa demarcação, resulta a fundação de um centro de referência interno à enunciação, que é, por sua vez, marcado pela presença de dois elementos fundamentais, que compõem, segundo Benveniste, o aparelho formal da enunciação, a saber: os índices de pessoa (eu-tu) e as formas linguísticas “este”, “aquele”, “aqui”, entre outras. O primeiros “só se produzem na enunciação e pela enunciação” (PLG II, 1999, p. 84-85), já que aquele que diz “eu” é o indivíduo que profere a enunciação e que o “tu” é o alocutário, o que se faz possível somente porque, segundo Benveniste, “a consciência de si mesmo só é experimentada por contraste” (PLG I, 1976, p.286). Já os segundos “implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que designa o local do enunciador” (PLG II, 1999, p. 85).

Assim, mais do que simples marcas linguísticas, o aparelho formal da enunciação mostra que a enunciação está sempre condicionada ao “eu” que enuncia e à presença da intersubjetividade, isto é, a presença de um “tu” correferindo à enunciação do “eu”. Mas Benveniste vai além: afirma que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” [grifo do autor] (PLG I, 1976, p. 286). O sujeito só consegue se propor sujeito no mundo ao propor-se sujeito pela linguagem. Trata-se, segundo o linguista, “da emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz ‘ego’. Encontramos aí o fundamento da subjetividade que se determina pelo status linguístico de pessoa.” [grifo do autor] (PLG I, 1976, p. 286). A linguagem exerce, pois, um poder fundador sobre o sujeito; é ela que primeiramente, permite-lhe ser no mundo.

No entanto, a fundação do sujeito na e pela linguagem não ocorre isolada da língua materna. Com efeito, no momento mesmo em que utiliza os principais índices que marcam a subjetividade e a intersubjetividade linguísticas, a criança está valendo-se de formas da língua e já está, portanto, na língua. Sobre isso, aliás, a psicanalista francesa Christine Revuz, observa ainda que

Mesmo antes de poder articular o mínimo som, a criança se encontra já imersa dentro de um universo de palavras, e (...) essas palavras, mesmo que não as possa reproduzir, nem produzir outras a partir delas, não são para ela menos dotadas de significação. As crianças não podem se subtrair às falas de seu ambiente. (...) Cada um que se ocupa dela [da criança]

fala dela, coloca em palavras o que percebe dela, de seu “jeito de ser”, de suas semelhanças, de suas necessidades. (...) assim, muito tempo antes de poder falar, a criança é falada intensamente pelo seu ambiente. (REVUZ, 1998, p. 218-219)

Temos, assim, o valor da língua materna para o sujeito: é o elemento humano, cultural e linguístico que, juntamente com a linguagem, permite ao indivíduo ser sujeito no mundo. Como, então, não vislumbrar a possibilidade de que a primeira língua de significação interfira na produção em língua estrangeira, visto seu *status* tão importante para o sujeito, sendo o sistema que lhe permitiu reivindicar seu espaço no mundo e que lhe propiciou as primeiras relações com as pessoas, com os objetos, com o saber, etc.?

O papel fundante que a mobilização do aparelho formal da enunciação exerce para a criança não parece, pois, ter o mesmo valor que para um falante que já tem seu sistema simbólico constituído; tampouco, parece-nos, dizer “eu” em língua materna – a língua que permitiu ao sujeito constituir-se como tal e que lhe permite, constantemente, ser no mundo porque é na língua – tem o mesmo valor que dizer “eu” em uma língua estrangeira. Mas, então, resta a pergunta: o que é necessário para um falante tornar-se sujeito em língua estrangeira, já que não se trata da mesma mobilização do aparelho formal da enunciação, já constituído na e pela língua materna? Estariam os falantes de línguas não maternas condenados a serem não-sujeitos?

A primeira língua de significação e as enunciações de Michel

Ao observar, na língua, a existência de um aparelho que possibilita ao sujeito marcar-se em sua enunciação e que, ao fazê-lo, possibilita-lhe, também, falar de sua própria enunciação, Benveniste fornece-nos instrumentos para compreender os enunciados de Michel como enunciados que falam, também, de sua situação como enunciador⁶ em língua francesa. Entretanto, o simples ato de dizer “eu” em francês não nos parece, como já argumentamos, suficiente para afirmar que Michel se constitui sujeito em língua francesa, já que, de um lado, o fato de a fundação do sujeito ter-se dado em língua materna revela-nos a preponderância desse sistema na constituição linguística do falante e, de outro, a forte interferência da L1 parece abalar a produção em L2.

Mas como, então, Michel se constitui como um sujeito que enuncia em francês?

Ainda uma vez, as reflexões de Benveniste mostram-se profícuas.

⁶ Note-se que, em seus escritos, Benveniste não utiliza o termo “enunciador”. Lançamos mão dessa expressão para apontar o lugar desde o qual o locutor fala em uma enunciação.

Segundo o linguista, “o locutor se apropria do aparelho formal e enuncia sua posição mediante índices específicos, de um lado, e, por meio de procedimentos acessórios de outro.” (PLG II, 1999, p. 81). Tentemos analisar o dizer de Michel levando em conta, não os “índices específicos”, visto que há diferença constitutiva entre a mobilização de tais índices em L1 e em L2, mas os “procedimentos acessórios”, isto é, gestos, entonação, ritmo, etc.

No que diz respeito ao ritmo das frases de Michel, notamos, em geral, divergência com o ritmo esperado em francês. Com efeito, este último é marcado i) pelo expressivo encadeamento fonético das palavras (a frase “C’est une immense opportunité” é falada [sɛtyni’mãnsopoRtyni’tɛ]); ii) pelo agrupamento das palavras em um único grupo fonético com acento tônico ao seu fim (a frase “Ils em ont” é falada [ilzãñõ], sem pausas) e, finalmente, iii) pelo não prolongamento das vogais finais, sendo que as palavras que terminam em [ə] não têm, exceto em francês literário e formal, esse fonema pronunciado (como é o caso da frase “Le petit a appelé le directeur”, que é pronunciada [lp’tit a aple ldiRɛctœR]). Trata-se de um fonema que desaparece até mesmo em final de sílabas (como na palavra “petit”, que é, em geral, pronunciada [p’tit]).

Já a fala de Michel, na contramão da tendência do francês oral de variante parisiense, apresenta: i) intenso prolongamento das vogais finais, sobretudo do [ɛ], como ilustra a seguinte resposta fornecida sobre o local de nascimento de sua esposa: “Ééé [...] elle a née [EEE] à Rio Grande do Sul...”, onde a repetição de letras representa a repetição de fonemas, o símbolo [...], pausa para pensar, e o símbolo [EEE], prolongamento do fonema [ɛ]; ii) fraco encadeamento das palavras da frase, o que leva a uma exígua formação de grupos rítmicos e, por conseguinte, à existência de espaços de silêncio nas frases, conforme a resposta sobre a cidade de nascimento de sua esposa: “Elle née à [...] Ahh [...] Je ne me souviens pas mais c’est une petite ville de Rio Grande do Sul” ([ɛl nea [...] a [EEE] ‘ge ‘ne ‘me suvi’ã ‘pa ‘mɛ ‘sɛ yn pe’tite vil de ‘Riu ‘gra^bde du su]. Além disso, ao ser perguntado sobre seu nome, o nome de sua esposa, o nome da rua em que mora e de sua cidade natal, Michel abandona definitivamente a prosódia da língua francesa, adotando a da língua portuguesa.

No entanto, ao ser perguntado se era fluente em francês ou se precisaria de um intérprete, Michel responde “Non, non, je parle français”, com o ritmo do francês e, inclusive, apagando o fonema [ə] das palavras “je” e “parle”.

A marca do sujeito enunciador Michel, em sua enunciação em francês, parece residir, então, na reivindicação de sua língua materna, ao tratar, por exemplo, dos assuntos que dizem respeito à sua origem (seu nome

e o nome de sua esposa, sua cidade, etc.). Não se trata somente de uma informação cuja prosódia não foi adaptada à prosódia da língua estrangeira, mas de um locutor que, ao optar pela prosódia da língua materna, reivindica sua origem e suas relações já estabelecidas e possibilitadas pela L1.

A *contrario sensu*, a adoção da prosódia da língua francesa na frase “Non, non, je parle français.” também revela o início de apropriação daquela língua na medida em que o desejo de se tornar cidadão canadense também é, para Michel, fundante; trata-se, com efeito, de um projeto de vida para o qual dedicou recursos emocionais e econômicos e que culminaria em sua inserção em outra cultura e em outra sociedade. Assim, afirmar sua fluência em francês através da adoção da prosódia da língua-alvo é, também, um ato de reivindicação subjetiva numa língua que já não lhe é tão estrangeira, em que pese a eloquente presença da L1 em sua fala.

O falar de Michel mostra-nos, pois, uma relação entre L1 e L2 marcada pela heterogeneidade. A mescla morfológica, sintática, fonética e prosódica de língua materna e de língua estrangeira evidencia, a um só tempo, a junção de dois sistemas linguísticos, a resistência da língua materna em ser substituída/intercalada, na sua capacidade de significação do mundo, por uma língua-outra, e o início da fundação de um novo lugar subjetivo em língua francesa. Além disso, o emaranhado de formas que compreendem as enunciações de Michel representam uma reinvenção de língua, o que pode acontecer, como atesta Benveniste, a cada instante e de forma diferente para cada indivíduo (PLG II, 1999, p. 20-21), já que é caráter primordial da enunciação sua singularidade e irrepetibilidade. Interessante notar, também, que a marca de um sujeito nascente em língua francesa desvela-se na medida em que o dizer de Michel não parece colocar em risco a correferência, isto é, a possibilidade de o alocutário correferir à produção de Michel.

Explicamos tal observação à luz do conceito de valor de Saussure – que se relaciona diretamente com os eixos associativos e sintagmáticos vistos acima – e dos conceitos de modo semiótico e semântico benvenisteanos. Para o linguista suíço, a noção de valor está ancorada na ideia de que “os elementos [da língua] se mantêm reciprocamente em equilíbrio” (CLG, 2006, p. 63), regulados por relações em que o valor de um signo resulta, ao mesmo tempo, da presença e da ausência de outros signos. Assim, “os valores são sempre constituídos por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar, e por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” (CLG, 2006, p. 132). O conteúdo do signo linguístico só poderia ser estipulado, pois, pelo concurso do que existe fora da palavra, mas dentro do sistema linguístico. Muito embora o valor do signo seja interno à língua, ele só

consegue se manter equilibrado, isto é, relativamente invariável, por força da massa falante, cuja ingerência sobre a língua se dá somente através do tempo. Seria, aliás, esse fator responsável por permitir às forças sociais “atuarem sobre a língua”, ou seja, adaptarem-na à realidade que precisa ser significada.

A partir dessa noção de valor, Benveniste desenvolve um construto teórico em que estabelece o modo semiótico como nível constitutivo de todo sistema de signos e conjuga-o com o nível semântico, também característico de um sistema simbólico. De acordo com o autor, o modo semiótico “designa o modo de significação que é próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade”, isto é, “a única questão que um signo suscita para ser reconhecido é a de sua existência e esta se decide por um sim ou por um não (...) pelo conjunto dos membros de uma comunidade linguística” (PLG II, 1999, p. 67). Já o nível semântico, complementando o semiótico, trata do “modo específico da significância engendrado pelo discurso” (PLG II, 1999, p.67), ou seja, concerne à língua atualizada pelo falante em situação de enunciação e, mais do que isso, implica a correferência do alocutário, uma vez que o objetivo é comunicar. Trata-se, pois, de um modo que supõe a presença do outro, do “tu”, que irá aceitar, solidariamente, a convergência entre os valores dos signos veiculados pelo sujeito que se enuncia a fim de viabilizar a comunicação.

Ao analisarmos a fala de Michel, observamos que há muitas ocorrências de signos (“infelizment”, “coloquer”, entre outros) que não condizem com o sistema da língua francesa – isto é, com o nível semiótico –, mas que, apesar disso, por encontrarem-se em situação de enunciação, ancorados na cultura e em um “tu” com a mesma base linguística materna que o “eu”, ainda conseguem funcionar no modo semântico, o modo da significação. Com efeito, não é possível afirmar que Michel, em que pese a frágil estrutura da L2, não se comunica ou que o alocutário não correferere⁷.

Restam, no entanto, alguns interrogantes: continuaria funcionando exitosamente o modo semântico caso o alocutário não partilhasse da mesma língua materna que Michel? Em que medida a corrupção do modo semiótico é admissível para que o modo semântico ainda funcione? E, finalmente, qual o papel da enunciação, enquanto ato singular de mobilização da língua e ato inserido numa cultura, para o êxito da correferência?

Tais questões são desdobramentos teóricos advindos das reflexões veiculadas neste trabalho e tendem, futuramente, a enriquecer nossa conclusão de que, no dizer de Michel, é possível ver a constituição de um sujeito enunciator deveras heterogêneo na sua produção linguística; um sujeito que não abandona o valor constitutivo de sua língua materna – sua primeira língua de significação – ao evocar suas origens e relações mais

⁷ A íntegra da entrevista pode ser encontrada no site <http://hdl.handle.net/10183/39339>, Anexo 1.

peçoais, mas que, também e por outro lado, faz questão de indicar-se francófono, respeitando a prosódia do francês, ao ser questionado sobre sua fluência nessa língua. Outrossim, também vemos o advento desse sujeito de L2 pela sua capacidade de mobilizar, ainda não tão solidamente, os modos semiótico e semântico e, a partir deles, dar sentido ao ser dizer em francês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBISAN, Leci. “O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot”. *Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos*. Santa Maria, v. 22, p.21-35, pub. 14/05/2007. Disponível em [http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_3.pdf]. Consulta em 05/01/2013.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. *Problemas de linguística general II*. Mexico: Editora Siclo Veintiuno, 1999.

GOMES, Janaína Nazzari. *O enunciador em língua estrangeira: uma constituição possível? Trabalho de conclusão de curso*. UFRGS, Porto Alegre: 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/39339>. Consultado em 07/12/2013.

MELMAN, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992.

REVUZ, Christine. “A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco de exílio”. In: SINGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 213-230.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.